

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/01/2013 a 31/01/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Todos sabem, nada acontece. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 01/01/2013	4
Dependência dos agrotóxicos e os efeitos do seu mau uso. Gesmar dos Santos e Ana Cláudia Sant'Anna – Valor Econômico. 03/01/2013.....	5
Governo federal altera regras para pulverização aérea nas lavouras – Site do MAPA. 04/01/2013.....	7
Mapa divulga relatório de resíduos e contaminantes na agricultura – Site do MAPA. 07/01/2013.....	8
Governo flexibiliza pulverização aérea. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/01/2013.....	9
Projeto de Lei proíbe agrotóxicos nocivos à saúde e ao meio ambiente – Site do MST. 10/01/2013.....	9
Povo Xavante denuncia despejo de veneno próximo à Marãwaitiséde – CPT. 11/01/2013	10
Metade da comida produzida no mundo é desperdiçada e vai para o lixo. Daniele Silveira – Site do MST. 11/01/2013.....	11
Povo Xavante denuncia despejo de veneno próximo à Marãwaitiséde. Luana Luizy – Site do MST. 11/01/2013.....	12
Regional da Conab no MA bate recorde de investimentos no PAA em 2012 – Site da CONAB. 11/01/2013.....	13
Questão sobre agrotóxicos em vestibular suscita reflexões sobre o tema, José Coutinho Junior – Site do MST. 11/01/2013	13
Conheça os 10 fatos que todos devem saber sobre a fome no mundo. Mônica Villela Grayley – Site do MST. 14/01/2013	17
Cleber Folgado: os desafios da campanha contra os agrotóxicos, Cleber Folgado – Site do MST. 15/01/2013	18
Governo aposta em recuo nos preços dos alimentos em 2013. Tarso Veloso – Valor Econômico. 15/01/2013	22
Fiscalização 'barra' 20% dos adubos no país. Carine Ferreira – Valor Econômico. 17/01/2013.....	24
UE suspeita de inseticidas por "sumiço" de abelhas. Matthew Dalton e Michael Haddon The Wall Street Journal – Valor Econômico. 18/01/2013	26
Embrapa cria soja 'preta' para ganhar o paladar brasileiro. Fernanda Pressinott e Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/01/2013.....	27
Produtores de transgênicos miram agricultura familiar. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 21/01/2013	28
Conab efetua doações de carne de bode do PAA em Pernambuco (PE) – Site da CONAB. 22/01/2013	29
Mapa cria Comissão Técnica de Recursos Genéticos – Site do MAPA. 22/01/2013.....	30
Aumenta o cerco à publicidade para crianças. Andréa Licht e Paola Moura – Valor Econômico. 22/01/2013	31

MST apoia a luta dos camponeses do México contra milho transgênico – Site do MST. 29/01/2013.....	32
Ministério defende acesso a políticas para combate à extrema pobreza – Site do MDA. 30/01/2013.....	34
Campanha compromete prefeitos no combate ao uso de agrotóxicos. Maria Mello – Site do MST. 31/2013	35
Campanha contra agrotóxicos critica patrocínio do agronegócio à Vila Isabel. José Coutinho Junior – Site do MST. 31/01/2013.....	36

Todos sabem, nada acontece. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 01/01/2013

As reuniões sobre segurança alimentar já são enfadonhas. O risco de desabastecimento e outros desafios são famosos. Mas nada concreto é feito...

Desde a Rodada Uruguaí do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na sigla em inglês, instituição que antecedeu a OMC, Organização Mundial do Comércio), os países se agrupavam de acordo com a similaridade dos seus interesses.

Mas foi com a Rodada de Doha, iniciada há 11 anos e cujos avanços até agora foram pífios, que surgiram muitos outros grupos, cuja designação sempre começa com a letra G.

Destaca-se o G20, liderado pelo Brasil, com uma visão flexível sobre a abertura do comércio agrícola, embora seus membros disputem diferentes posições quanto ao nível dessa abertura. É natural, pois aí estão gigantes como a China e a Índia, ao lado de países pequenos como Cuba e a Bolívia, entre outros.

Já havia o G-Cairns, o grupo de países exportadores agrícolas, a Austrália à frente. Este perdeu um pouco de protagonismo com o G20.

Há o G10, de países que se consideram vulneráveis às importações agrícolas, o grupo Africano, o grupo de países de economia em transição, o G7, dos países mais ricos do mundo, e assim por diante.

Apesar do imobilismo de Doha, a ideia dos grupos permaneceu, dando origem a outro G20, composto pelas principais economias do planeta, cujo objetivo foi enfrentar as crises financeiras, a partir de 2008. Boa parte de suas metas se deve à falta de atuação de outras organizações multilaterais e aos riscos decorrentes desse vazio institucional.

Pois bem. O mundo está diante de um desafio monumental, o da segurança alimentar e energética sustentáveis. Não passa uma semana sem que, em diversos países, sábios, cientistas, especialistas, economistas, sociólogos, engenheiros, agrônomos, administradores, advogados, traders, políticos, diplomatas e todo tipo de profissionais se debruçam sobre esse tema em eventos variados.

Já há um certo enfado nas reuniões. Todo mundo sabe que em 2050 teremos 9 bilhões de pessoas no mundo, que até lá precisaremos dobrar a produção de alimentos e fazer mais do que isso em energia. Todos sabem que é preciso preservar os recursos naturais (inclusive por causa do aquecimento global), que o poder aquisitivo da população de países emergentes vai crescer, que as regras de comércio agrícola precisam ser flexibilizadas (com redução dos subsídios dos ricos).

Todos sabem que a tecnologia agrícola tropical tem que ser levada ao continente africano, que a agroenergia não pode suplantiar a produção de alimentos, que o desmatamento deve diminuir etc., etc., etc.

Todo mundo está careca de saber disso. Mas nada de concreto é feito, por mais que a FAO (Organização de Agricultura e Alimentação da ONU) se esforce para convencer o mundo dos riscos de desabastecimento.

Boa parte desta inércia se deve à falta de lideranças globais. Boa parte se deve ainda à visão urbana de muitos governos, que entendem segurança alimentar apenas sob a ótica do abastecimento, porque isso dá votos, e se esquecem de que não se abastece sem produção.

Falta um esforço dirigido para a produção, com ênfase aos fatores ligados a ela: tecnologia, logística, financiamento, estoques, seguro de preços, regras de comércio, bolsas eficientes, infraestrutura etc.

E muitos países produtores sabem como fazer isso tudo, mas falta coesão em torno do assunto.

Está na hora de criar um novo grupo, o G da produção. Os países com disponibilidade de terra, tecnologia ou know how poderiam se juntar, com apoio da FAO, e montar um gigantesco projeto de aumento da produção rural, com renda garantida aos produtores pequenos, médios e grandes de todos os continentes.

O Brasil tem que estar no comando deste G, ao lado do Canadá, Argentina, China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Ucrânia, Indonésia, Sudão, Congo e Austrália, entre outros.

Eis um desafio formidável para a boa equipe do Itamaraty liderar

Dependência dos agrotóxicos e os efeitos do seu mau uso. Gesmar dos Santos e Ana Cláudia Sant'Anna – Valor Econômico. 03/01/2013

Não é novidade que as toxinas entram e saem de nosso corpo no dia a dia por meio da água, ar, terra, aparelhos eletrônicos, automóveis, cigarro ou remédios. Contudo, as toxinas preocupam quando estão em excesso nos alimentos, na forma de defensivos agrícolas. Alguns querem o banimento mas outros defendem o aumento do uso desses defensivos. Diante do impasse, o Estado deve atuar em uma questão-chave: como garantir quantidade e segurança dos alimentos e a saúde dos trabalhadores que lidam com agrotóxicos?

O tema tem agitado a academia, organizações não governamentais, governos e parlamentares. O Brasil é um dos maiores mercados de pesticidas, herbicidas e fungicidas, consumindo cerca de US\$ 8,5 bilhões em 2011, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Há a expectativa de que esse mercado vai crescer ainda mais, pois o consumo por área plantada no país, de cerca de 7 quilogramas por hectare (kg/ha), segundo a Embrapa, tendo por base os produtos comerciais, é inferior, ao dos EUA, França, Suíça e Japão, por exemplo, países onde se consome entre 11 kg/ha e 15 kg/ha. A agricultura brasileira paga mais caro pelos agrotóxicos do que esses países, sugerindo que, se os preços se equilibrarem, a tendência é o consumo aumentar.

É preciso aperfeiçoar as medidas de controle, que não têm sido suficientes para garantir consumidor

Apesar de existirem alternativas ao uso de defensivos, elas se limitam apenas a nichos de mercado como a agricultura orgânica e a integração lavoura, pecuária e floresta.

Se a civilização passou milhares de anos sem os agroquímicos, esse quadro mudou radicalmente nos últimos 50 anos. Hoje, para manter o volume produzido e os níveis de produtividade desejados, é necessário o uso de produtos químicos. Isso vale, principalmente, para os vinte principais cultivos do país, entre os quais a soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e arroz absorvem mais de 75% dos agrotóxicos consumidos.

Mudar tudo exige, nas condições atuais, mais qualificação profissional, inovações tecnológicas e maior disposição de correr o risco da baixa rentabilidade da agricultura intensiva em mão de obra. Porém, tais questões, que implicariam mudança de paradigmas, continuam fora da pauta central do debate.

Por outro lado, há de se reconhecer que os agroquímicos garantem a quantidade e os padrões exigidos por indústrias e consumidores, os quais se sentem confortáveis com os baixos preços pagos ao agricultor. Por isso, a escolha econômica de adequação do uso não pode ser atribuída somente aos agricultores ou aos fabricantes que atuam no mercado em regime de concorrência. Se o consumidor age com racionalidade econômica, pauta-se pela quantidade, qualidade e preços dos alimentos, do mesmo modo o agricultor, também um agente racional, opta por insumos de produção que maximizem seus lucros. Infelizmente, também no campo, o curto prazo e as contas a pagar determinam atitudes.

Medidas de controle como a obrigatoriedade da receita agrônômica na compra de agrotóxicos, bem como a exigência de devolução de embalagens ou as rigorosas regras de registro destes produtos não têm sido suficientes para garantir o bom uso, segundo estudos recentes. Por isso, pode ser oportuno retirar o foco das medidas de mero controle ou punitivas e apostar mais em incentivos. Premiar o bom uso pode vir, por exemplo, com a distribuição subsidiada e até gratuita, mas criteriosa, de agrotóxicos.

É bom deixar claro que essa sugestão não substitui medidas de proteção à saúde humana e ao meio ambiente. Ações como o incentivo ao uso do equipamento de proteção individual (EPI) ou a revisão de licenças de agrotóxicos para reduzir os riscos à saúde, como fazem outros países, são medidas necessárias. Além disso, não se podem ignorar agravantes como: a aplicação de agrotóxico maior do que o recomendado; o uso sem receituário agrônômico; os danos ambientais em caso de mau uso; e a existência de produtos ilegais.

A distribuição subsidiada se aplicaria, inicialmente, aos produtos hortifrútiis, a um baixo custo relativo para o Estado. E deve ser aliada a um conjunto de medidas que promova o uso correto, o bom monitoramento e uma eficiente compensação de novas práticas.

Somando o incentivo ao controle, o governo pode ainda combinar instrumentos da política agrícola, como o aumento da ajuda (subvenção) ao prêmio do seguro agrícola de produtos como maçã e uva, nos casos de uso correto e confirmado de agrotóxicos. Seria mais garantia de produção com saúde pública e maior renda ao produtor.

Para estar apto a receber a subvenção ao agroquímico, o agricultor precisaria provar conformidade no uso do produto específico para cada cultivo e passar em testes dos produtos em entrepostos de distribuição. Para isso, cadastros já existem, órgãos gestores e técnicas também. Nada disso é, tecnologicamente, estranho ao mercado. São necessários, porém, autorização e acreditação de laboratórios, estruturação descentralizada da análise e disponibilização periódica de informações com divulgação das métricas de monitoramento.

Por fim, o governo, de posse dos dados e resultados, poderia adotar medidas como concessão de vantagem fiscal, redução de taxas de financiamentos à produção e aplicação de preço-prêmio nos casos de não uso ou de uso correto de agrotóxicos, sempre que garantida a qualidade do alimento. Tais ações não implicam incentivo à expansão dos agrotóxicos ou, por outro lado, seu banimento. São alternativas operacionais para o atendimento às leis vigentes, em prol da saúde coletiva e da garantia da lucratividade dos agricultores até que a sociedade decida que caminhos seguir.

Gesmar Rosa dos Santos é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Ana Cláudia Sant'Anna é pesquisadora bolsista do Ipea. As opiniões emitidas neste artigo são de exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea.

Governo federal altera regras para pulverização aérea nas lavouras – Site do MAPA. 04/01/2013

As aplicações aéreas de produtos agrotóxicos que contem Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil para as culturas de algodão e de soja serão flexibilizadas de acordo com o ciclo de cada região do país. A partir de agora, a aplicação será permitida apenas para algumas culturas, cujo uso da aviação agrícola é essencial, preservando o máximo possível o período de visitação das abelhas. Antes, existia um prazo fixo para todos os estados.

Em 3 de outubro deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizaram e regulamentaram a aplicação do uso desses quatro produtos de forma excepcional e temporária para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo, até 30 de junho de 2013.

A regulamentação foi publicada nesta sexta-feira, dia 4 de janeiro, no Diário a Oficial da União (DOU) em Ato conjunto da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/Mapa) e o Ibama.

De acordo com o coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa, Luís Rangel, a utilização dos aviões é fundamental para o processo de produção dessas culturas. "Identificamos que o período crítico de controle de percevejos na soja é logo após a floração, quando ocorre a formação e o enchimento dos grãos. Criamos regras de aplicação segura que contam com a restrição no momento de visitação das abelhas, mas permitem o controle dos percevejos, no caso da soja. Construimos junto com o Ibama as

exceções e consideramos as necessidades do agricultor. O Mapa apóia fortemente a medida que visa proteger o Meio Ambiente e os polinizadores", explicou.

Condições

A aplicação aérea para controle de pragas agrícolas desses produtos deve seguir uma série de condições. Antes da aplicação, os produtores rurais deverão notificar os apicultores localizados em um raio de 6 km com antecedência mínima de 48h.

A cultura do algodão foi incluída na exceção aprovada pelo governo, somando-se às culturas da soja, cana-de-açúcar, trigo e arroz para o uso desses produtos por meio da aviação agrícola. Essas empresas ficam responsáveis por comunicar o Mapa, mensalmente, sobre a aplicação dos produtos. A fiscalização dessa modalidade de uso será intensificada no período de validade da restrição do Ibama.

Mapa divulga relatório de resíduos e contaminantes na agricultura – Site do MAPA. 07/01/2013

A iniciativa busca assegurar a qualidade, a inocuidade e a segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem vegetal

Com o objetivo de garantir a qualidade de produtos agrícolas consumidos por brasileiros e exportados comercialmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou, nesta segunda-feira, 7 de janeiro, no Diário Oficial da União (DOU), o resultado dos Programas Nacionais de Controle de Resíduos e Contaminantes do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRCV) do ano-safra 2011/2012.

Foram realizados teste para micotoxinas, salmonela e agrotóxicos em 1.047 amostras de 24 culturas, para identificar a presença de resíduos de agrotóxicos e contaminantes acima dos limites máximos permitidos pela legislação em vigor e de substâncias não autorizadas.

Para o chefe do Serviço de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária, Marcelo Pereira, a avaliação do relatório é positiva, uma vez que a maioria dos produtos avaliados apresentou alto índice de conformidade com base nos limites estabelecidos.

Este é o terceiro ano consecutivo que o Mapa divulga relatório dos resultados do PNCRCV. A iniciativa busca assegurar a qualidade, a inocuidade e a segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem vegetal.

Nos casos de culturas que apresentaram índices inadequados de resíduos ou contaminantes, o Mapa atua de forma a proporcionar educação sanitária a campo, promovendo o uso adequado e seguro dos agrotóxicos e as boas práticas agrícolas de acordo com as legislações específicas.

Foram analisadas amostras das culturas de: abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha-do-brasil, feijão, laranja, limão, lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pimenta do reino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva

Governo flexibiliza pulverização aérea. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/01/2013

O Ministério da Agricultura e o Ibama publicaram na sexta-feira no Diário Oficial da União a flexibilização da norma que autoriza a pulverização aérea de lavouras até o fim desta safra 2012/13 e abriu exceções para soja e algodão.

A medida permite, em caráter temporário, que agrotóxicos que contenham as substâncias Imidacloprido, Tiametoxan e Clotianidina para algodão, arroz, cana, soja e trigo continuem sendo pulverizados até 30 de junho, obedecendo os períodos de aplicação por região e cultura. A intenção é preservar o período de visitação das abelhas, que sofrem com a pulverização.

Assim, produtores de soja e algodão poderão pulverizar as lavouras em épocas distintas das fixadas antes, segundo o ciclo de cada região.

Mais em www.agricultura.gov.br

Projeto de Lei proíbe agrotóxicos nocivos à saúde e ao meio ambiente – Site do MST. 10/01/2013

A Câmara avalia proposta que proíbe a utilização e o estoque de uma série de agrotóxicos com suspeita de causarem danos à saúde e ao meio ambiente. A medida está prevista no Projeto de Lei 4412/12, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Pela proposta, ficam banidos do País os produtos com os seguintes ingredientes ativos: abamectina, acefato, benomil, carbofurano, cihexatina, endossulfam, forato, fosmete, heptacloro, lactofem, lindano, metamidofós, monocrotofós, paraquate, parationa metílica, pentaclorofenol, tiram, triclorfom e qualquer substância do grupo químico dos organoclorados.

Alguns desses agrotóxicos já foram proibidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Outros ainda estão no mercado, mas contam com restrições de uso, ou estão em fase de avaliação. Segundo Teixeira, no entanto, “há evidências de que os produtos em fase de análise são altamente danosos à saúde humana”.

Pela proposta, os produtos com glifosato como ingrediente ativo deverão ser reavaliados em até 180 dias após a publicação da nova lei. Até a análise dos possíveis danos causados pelo princípio, esses produtos serão classificados como extremamente tóxicos ou altamente perigosos, com consequentes restrições de uso.

Estoques

De acordo com o projeto, as pessoas que tiverem estoque desses produtos na data da publicação da nova lei deverão devolvê-lo aos fabricantes ou aos importadores, que serão responsáveis pelo seu descarte correto. Caso essas empresas não existam mais, o órgão de registro dos agrotóxicos deverá indicar a destinação necessária para cada produto.

Tramitação

O projeto foi apensado ao PL 713 que tramita na Câmara desde 1999. Agora, falta apenas a votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Nesta comissão, onde a proposta original já tem parecer favorável do relator Pedro Uczai (PT-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, do PL 1388/99 e do PL 7564/06, com substitutivo, que tramitam apensados.

Íntegra da proposta:

PL-713/1999

PL-1388/1999

PL-7564/2006

PL-4412/2012

Povo Xavante denuncia despejo de veneno próximo à Marãwaitiséde – CPT. 11/01/2013

Indígenas denunciam mortes e problemas de saúde decorrentes da pulverização de veneno nas imediações da terra indígena .

“Foi um ataque visível para nós, eu vi um pequeno avião jogando veneno aproximadamente às 8 horas da manhã do dia 26, bem próximo a aldeia, eu mesmo estou com problemas de vista e dores de cabeça após o despejo”, afirma o Padre Aquilino Xavante. O mesmo conta que não é o primeiro caso de despejo de veneno e que já ocorreram mortes nos Xavante em função de pulverização em locais próximos a aldeia. A fazenda ao lado da terra é constituída de plantação de soja e fica a menos de 10 km da Terra Indígena Marãwaitiséde. Cosme Xavante, uma das lideranças de Marãwaitiséde, afirma que o avião passou rapidamente por cima da aldeia. “Nós temos uma lavoura na divisa com a fazenda. Eles passaram jogando veneno na semana passada também, sempre teve pulverização, mas nunca tão perto, nossa saúde está prejudicada”.

A liderança afirma que a Funai compareceu à aldeia e que o órgão alegou encaminhar o caso para investigação pelo Ibama. Em entrevista ao Cimi, o órgão indigenista afirmou que não há nenhuma comprovação por intoxicação ou despejo de agrotóxicos, mas que estão apurando a denúncia.

A operação de desintrusão da TI está em andamento e, segundo informe da Funai, “quem não sair terá os bens confiscados pela Justiça e deverá responder pelo crime de desobediência”. Os invasores tentam intimidar os indígenas após o mandado de desintrusão dos ocupantes ilegais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 18 de outubro, pelo então presidente do STF, o ministro Carlos Ayres Britto.

De lá para cá, intimidações e ataques pelos fazendeiros têm sido constantes. No dia 3 de novembro de 2012, um indígena foi perseguido na cidade de Água Boa por dois carros com pessoas que reconheceu serem do núcleo da invasão do território indígena Marãiwatsédé e capotou o veículo, sofrendo algumas escoriações.

Outro caso de intimidação que teve repercussão foi contra o bispo emérito de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, que se afastou no início de dezembro de 2012 de São Félix. O bispo foi acusado de ter sido responsável pela decisão do STF. Ameaças haviam se tornado cada vez mais insistentes e perigosas: "O bispo não verá o fim de semana".

Histórico

Marãiwatsédé está localizada nos municípios de Alta Boa Vista e São Félix do Araguaia, estado do Mato Grosso, e começou a ser invadida durante a década de 1950, sendo adquirida na década seguinte irregularmente pela agropecuária Suiá-Missu. Os indígenas acabaram sofrendo migração forçada para a Missão Salesiana de São Marcos, 400 km longe de Marãiwatsédé, onde houve epidemia de sarampo. Cerca de 150 indígenas morreram e, em 1980, a terra foi vendida para a empresa petrolífera italiana Agip.

Durante a Conferência de Meio Ambiente realizada no início de 1990 no Rio de Janeiro, a Eco 92, a Agip anunciou, sob pressão, que devolveria Marãiwatsédé aos Xavante. Dos 165 mil hectares homologados e registrados pela União, apenas 20 mil estão ocupados pelos indígenas. A terra foi homologada pelo Executivo em 1998 e mesmo com o reconhecimento, os indígenas sofrem grandes pressões de latifundiários e do poder político local para que Marãiwatsédé permaneça nas mãos dos fazendeiros.

Metade da comida produzida no mundo é desperdiçada e vai para o lixo. Daniele Silveira – Site do MST. 11/01/2013

O relatório "Global Food: Waste not, Want not", sobre o desperdício de comida, reforça a ideia de que o problema da fome está na má-distribuição. De acordo com a organização britânica "Institution of Mechanical Engineers", até metade dos alimentos produzidos no mundo, ou cerca de 2 bilhões de toneladas, acaba indo para o lixo todos os anos.

O documento aponta diversos motivos para a grande quantidade de comida desperdiçada. Entre as principais causas estão as condições inadequadas de armazenamento e adoção de prazos de validade demasiadamente rigorosos. Além disso, consta a preferência de supermercados e consumidores por alimentos com aspecto perfeito.

Segundo o estudo, até 30% das frutas, verduras e legumes plantados na Grã-Bretanha não são colhidos devido à sua aparência.

As promoções de “compre um, leve outro grátis” também são apontadas pelo relatório como incentivadoras do desperdício, já que os consumidores levam para casa mais produtos do que realmente precisam.

O estudo ainda aponta o desperdício de recursos utilizados para a produção desses alimentos. De acordo com o relatório, 550 bilhões de metros cúbicos de água são desperdiçados na produção de alimentos que vão para o lixo.

Povo Xavante denuncia despejo de veneno próximo à Marãwaitisé. Luana Luizy – Site do MST. 11/01/2013

“Foi um ataque visível para nós, eu vi um pequeno avião jogando veneno aproximadamente às 8 horas da manhã do dia 26, bem próximo a aldeia, eu mesmo estou com problemas de vista e dores de cabeça após o despejo”, afirma o Padre Aquilino Xavante. O mesmo conta que não é o primeiro caso de despejo de veneno e que já ocorreram mortes nos Xavante em função de pulverização em locais próximos a aldeia.

A fazenda ao lado da terra é constituída de plantação de soja e fica a menos de 10 km da TI. Cosme Xavante, uma das lideranças de Marãwaitisé afirma que o avião passou rapidamente por cima da aldeia. “Nós temos uma lavoura na divisa com a fazenda. Eles passaram jogando veneno na semana passada também, sempre teve pulverização, mas nunca tão perto, nossa saúde está prejudicada”.

A liderança afirma que a Funai compareceu na aldeia e que o órgão alegou encaminhar o caso para investigação pelo Ibama. Em entrevista ao Cimi, o órgão indigenista afirmou que não há nenhuma comprovação por intoxicação ou despejo de agrotóxicos, mas que estão apurando a denúncia.

A operação de desintrusão da TI está em andamento e segundo informe da Funai: “Quem não sair terá os bens confiscados pela Justiça e deverá responder pelo crime de desobediência”. Os invasores tentam intimidar os indígenas após o mandado de desintrusão dos ocupantes ilegais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 18 de outubro, pelo então presidente do STF, o ministro Carlos Ayres Britto.

De lá para cá intimidações e ataques pelos fazendeiros têm sido constantes. No dia 3 de novembro de 2012, um indígena foi perseguido na cidade de Água Boa por dois carros com pessoas que reconheceu serem do núcleo da invasão no território indígena Marãiwatsédé e capotou o veículo, sofrendo algumas escoriações.

Outro caso de intimidação que teve repercussão foi do bispo emérito de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, que se afastou no início de dezembro de 2012 de São Félix. O bispo foi acusado de ter sido responsável pela decisão do STF. Ameaças haviam se tornado cada vez mais insistentes e perigosas: "O bispo não verá o fim de semana".

Histórico

Marãiwatsédé está localizada nos municípios de Alta Boa Vista e São Félix do Araguaia, estado do Mato Grosso e começou a ser invadida durante a década de 1950 sendo adquirida na década seguinte irregularmente pela agropecuária Suiá-Missu. Os indígenas acabaram sofrendo migração forçada para a Missão Salesiana de São Marcos, 400 km longe de Marãiwatsédé, onde houve epidemia de sarampo. Cerca de 150 indígenas morreram e em 1980, a terra foi vendida para a empresa petrolífera italiana, Agip.

Durante a Conferência de Meio Ambiente realizada no início de 1990 no Rio de Janeiro, a Eco 92, a Agip anunciou, sob pressão, que devolveria Marãiwatsédé aos Xavante. Dos 165 mil hectares homologados e registrados pela União, apenas 20 mil estão ocupados pelos indígenas. A terra foi homologada pelo Executivo em 1998 e mesmo com o reconhecimento, os indígenas sofrem grandes pressões de latifundiários e do poder político local para que Marãiwatsédé permaneça nas mãos dos fazendeiros.

Regional da Conab no MA bate recorde de investimentos no PAA em 2012 – Site da CONAB. 11/01/2013

Em 2012, a superintendência regional do Maranhão destinou R\$ 25,3 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse foi o maior investimento realizado no PAA pela Conab/MA e o segundo maior investimento do nordeste (atrás apenas da Bahia). O aporte foi destinado a 56 municípios do estado e contemplou 130 projetos do Programa. Foram adquiridos, aproximadamente, 148 tipos de gêneros alimentícios, entre hortigranjeiros, carnes e frutas que totalizaram 7.481 toneladas de alimentos. A ação beneficiou 5.519 produtores, sendo 49,7% mulheres. Em 2011, esse valor investido foi bem menor, R\$ 18,2 milhões. Para a Superintendente da Conab no Maranhão, Margareth de Cássia Oliveira Aquino, esse resultado expressivo deve-se a uma “adequada estratégia de fortalecimento administrativo e de investimentos”, realizada pela regional.

O PAA propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos comprados desses agricultores são destinados a instituições públicas e filantrópicas. O programa contribui ainda para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos.

Questão sobre agrotóxicos em vestibular suscita reflexões sobre o tema, José Coutinho Junior – Site do MST. 11/01/2013

A segunda fase do vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), ocorrida do dia 6 a 8 de janeiro, teve em sua prova de História e Geografia uma questão pautando o tema dos agrotóxicos.

A questão (veja aqui), que foi baseada em um artigo da professora Larissa Bombardi sobre o tema, exigiu dos candidatos uma reflexão sobre como os agrotóxicos afetam a

produção agrícola brasileira, o papel das empresas transnacionais na agricultura e seus impactos na natureza e na saúde humana.

A reportagem procurou dois especialistas no assunto, que pudessem não só responder a questão pela ótica dos movimentos sociais, mas aprofundar o debate sobre o uso dos agrotóxicos no país.

Leia abaixo a pergunta, as respostas e comentários:

Considere as afirmações I, II e III.

I: Há dois elementos fundamentais na agricultura que a diferem da indústria: o primeiro deles é o tempo da natureza.

II: Em 2009, o Brasil alcançou o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos.

III: Ressalte-se que 92% da receita líquida gerada pelas indústrias fabricantes de agrotóxicos em 2010 ficaram com apenas seis grandes empresas de capital estrangeiro.

- a) Analise a afirmação II, considerando a afirmação I.
- b) Qual o processo a que se refere a afirmação III? Explique.
- c) Indique dois impactos socioambientais decorrentes do uso de agrotóxicos.

Pergunta: Considere as afirmações I, II e III.

I: Há dois elementos fundamentais na agricultura que a diferem da indústria: o primeiro deles é o tempo da natureza.

II: Em 2009, o Brasil alcançou o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos.

III: Ressalte-se que 92% da receita líquida gerada pelas indústrias fabricantes de agrotóxicos em 2010 ficaram com apenas seis grandes empresas de capital estrangeiro.

- a) Analise a afirmação II, considerando a afirmação I.
- b) Qual o processo a que se refere a afirmação III? Explique.
- c) Indique dois impactos socioambientais decorrentes do uso de agrotóxicos.

Respostas:

Cléber Folgado - Dirigente Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Coordenador Operativo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Resposta para questão A:

A afirmação de que em 2009 o Brasil alcançou o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos é errada: isso se deu, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola –Sindag, no ano de 2008, quando nosso país alcançou a marca dos 700 milhões de litros de agrotóxicos legalmente comercializados.

Na agricultura é importante considerar o tempo da natureza, e considerando o uso de agrotóxicos, tem-se construído um ciclo vicioso de uso de insumos químicos na agricultura, na medida em que os venenos são jogados nas lavouras, desequilíbrios ambientais são causados o que por sua vez gera a proliferação de “pragas” e a infertilidade da terra exigindo maior uso de insumos. Dessa forma para manter os níveis de produção são necessários mais insumos químicos que não resolvem o problema, apenas conseguem servir como medida paliativa, gerando assim o ciclo vicioso.

Em médio e longo prazos, essa relação de superexploração dos recursos naturais, em especial da terra, com base no uso de agrotóxicos, extrapola o limite e o tempo que a biodiversidade pode suportar. Dessa forma, seguir mantendo o uso de agrotóxicos significa gerar problemas irreversíveis na agricultura que afetarão não só o campo, mas toda indústria e a população em seu conjunto.

Resposta para a questão B:

A afirmação III se refere ao oligopólio existente na produção de agrotóxicos. Oligopólio é uma forma evoluída de monopólio, em que um grupo de empresas domina a oferta de um determinado tipo de produto ou serviço. No caso específico, estamos falando do oligopólio existente na produção e comercialização de agrotóxicos.

Atualmente, apenas 6 empresas transnacionais controlam 67,8% de todo mercado mundial de agrotóxicos, são elas Basf, Bayer, Monsanto, Syngenta, Dow e DuPont. Esse mercado movimentou em 2011 mais de 8 bilhões de dólares.

Resposta para a questão C:

Um dos principais impactos socioambientais decorrentes do uso de agrotóxicos está relacionado aos problemas gerados na saúde da população, pois tanto produtores quanto consumidores estão sujeitos a doenças resultantes das contaminações crônicas ou agudas geradas pelos agrotóxicos.

Esse problema, além de afetar a saúde das pessoas, também atinge a economia: segundo pesquisa feita pelo economista do IBGE Wagner Soares, cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos pode gerar o gasto para os cofres públicos de US\$ 1,28 em tratamentos de saúde das pessoas contaminadas. Segundo o economista, esse valor é subestimado, pois sua pesquisa contabilizou apenas as intoxicações agudas. Vale lembrar que além da subnotificação das intoxicações agudas, as intoxicações crônicas são as que têm maior custo no tratamento.

Outro impacto que vale destacar é a contaminação da água, pois os agrotóxicos despejados nas lavouras penetram no solo e, além de contaminar a terra, atingem os

lençóis freáticos - afetando assim animais, plantas e pessoas que se abastecem destas águas. Tais contaminações geram processos de metamorfoses nos animais e contaminações crônicas e agudas nas pessoas que se transformarão em doenças como câncer e outras.

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Comentário geral sobre questão dissertativa da FUVEST.

É interessante o fato de o Brasil alcançar o topo do ranking na utilização e consumo de agrotóxicos e a sociedade civil (o povo, o consumidor) não se manifestar a respeito deste triste “título” que o país leva. Em 2009, alcançamos o topo do ranking de envenenamento da produção de alimentos, utilizando aproximadamente 5,8 litros de agrotóxicos por habitantes, e essa questão não entrou efetivamente na agenda de debate em nenhuma das dimensões da vida social nacional.

Incisivamente os movimentos sociais tentam colocar esse tema em pauta, mas o governo brasileiro, os políticos, os agentes econômicos e a mídia vedam os olhos frente o infeliz título. Diante desse contexto, a sociedade civil parece ora desconhecer, ora desmerecer um tema que vem trazendo inúmeros e gravíssimos impactos à saúde humana e ao ambiente natural.

Não é difícil encontrar as causas dessa paralisia da sociedade civil diante do envenenamento da vida. A articulação entre administradores públicos, representantes do povo no parlamento (os políticos) e agente econômicos (as multinacionais) dominam as ações públicas e privadas que garantem a livre circulação e a livre aplicação de agrotóxicos na agricultura. O fato de apenas 6 grandes empresas dominarem mais de 90% dos lucros obtidos com a venda de veneno para agricultura é o resultado mais claro dessa articulação.

O monopólio da venda de veneno é o reflexo amargo de uma agricultura subordinada diretamente ao capital transnacional, sendo que para esse capital não pode haver barreiras ao seu desenvolvimento. Se agredir a saúde humana e a natureza for condição prévia para o desenvolvimento desse capital, que se agrida homens, mulheres e crianças e que destrua ambientes naturais!

São muitos e variados os impactos socioambientais decorrentes do uso de agrotóxico. Três deles, dentre muitos, vale ressaltar, deveriam alertar a sociedade civil dos impactos nefastos da utilização e consumo de venenos. O primeiro deles é a interferência direta no ciclo natural da reprodução dos cultivos e das espécies que se relacionam ao ambiente de plantação, em outras palavras, o uso de veneno mata todo o tipo de vida (insetos, gramíneas etc), exceto a plantação de determinada cultura, num dado ambiente onde é aplicado o veneno (estrategicamente chamado pelas multinacionais de “defensivo agrícola”).

Num fim último, o veneno tem a função de garantir a produção rápida, como se faz na indústria, da mercadoria cultivada. Tenta-se transformar a natureza, a terra cultivada, numa planta fabril, desrespeitando o tempo natural de crescimento das plantas e a vida que se relaciona a ela.

Um segundo impacto emerge diante de um crescimento exponencial da incidência de câncer na população brasileira. Existem inúmeras pesquisas realizadas por importantes institutos de pesquisas e renomados cientistas correlacionando o aparecimento de células cancerígenas ao consumo de agrotóxicos.

Por fim, um terceiro impacto que tem enorme significado ao debate sobre a garantia da vida humana são os efeitos do Glifossato, veneno de maior utilização nas lavouras brasileiras, ao homem do campo, ao produtor de alimento. Pesquisas mostram que o contato direto com o Glifosato, principalmente nos momentos de aplicação na plantação, atuam de forma destrutiva no órgão reprodutor masculino, podendo deixar o lavrador estéril.

Ou seja, o Glifossato é um tipo de agrotóxico que elimina a vida pela raiz. Dessa forma, urge que a sociedade civil levante para esse debate e que produza ações que visem transformar a produção agrícola no Brasil, direcionando a produção de alimento como garantia da reprodução da vida e não como se configura atualmente: aproximando-se da morte.

Conheça os 10 fatos que todos devem saber sobre a fome no mundo. Mônica Villela Grayley – Site do MST. 14/01/2013

As Nações Unidas publicaram uma lista sobre as 10 coisas que todos devem saber a respeito da fome neste novo ano. Confira abaixo os tópicos compilados pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA):

1. O mundo tem cerca de 870 milhões de pessoas que não têm o necessário para comer para levar uma vida saudável. Isto significa que uma em cada oito habitantes do globo vai para a cama, todos os dias, passando fome. (Fonte: FAO, 2012)
2. O número de pessoas vivendo com fome crônica baixou para 130 milhões nas últimas duas décadas. Nos países em desenvolvimento, a prevalência da má nutrição caiu de 23,2% para 14,9% no período de 1990-2010. (Fonte: FAO, 2012)
3. A maioria do progresso contra a fome foi alcançado antes de 2007/2008, quando ocorreu a crise econômica global. Desde então, os avanços na redução do problema foram desacelerados e estagnados. (Fonte: FAO, 2012)
4. A fome é o problema número 1 na lista dos 10 maiores riscos de saúde. Ela mata mais pessoas todos os anos que doenças como Aids, malária e tuberculose combinadas. (Fonte: Unaid, 2010. OMS, 2011)
5. A má nutrição está ligada a um terço da morte de crianças com menos de cinco anos nos países em desenvolvimento. (Fonte: Igme, 2011).
6. Os primeiros mil dias da vida de uma criança, da gravidez aos dois anos de idade, são fundamentais para o combate à má nutrição. Uma dieta apropriada, nesta época da vida, protege os menores de nanismos físico e mental, que podem resultar da má nutrição. (Fonte: Igme, 2011).

7. Custa apenas 25 centavos de dólar americano, por dia, para garantir que uma criança tenha acesso a todos os nutrientes e vitaminas necessários ao crescimento saudável. (Fonte: Igme, 2011)

8. Se mulheres, nas áreas rurais, tiverem o mesmo acesso à terra, à tecnologia, à educação, ao mercado e aos serviços financeiros que os homens têm, o número de pessoas com fome poderia diminuir entre 100 e 150 milhões. (Fonte: FAO, 2011)

9. Até 2050, as mudanças climáticas e os padrões irregulares da temperatura terão colocado mais 24 milhões de pessoas em situação de fome. Quase metade destas crianças estarão vivendo na África Subsaariana. (Fonte: PMA, 2009)

10. A fome é o maior problema solucionável do mundo.

Cleber Folgado: os desafios da campanha contra os agrotóxicos, Cleber Folgado – Site do MST. 15/01/2013

Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. As quantidades jogadas nas lavouras equivalem a cerca de 5,2 litros de veneno por habitante ao ano e, no entanto, o Brasil representa apenas 5% da área agrícola entre os 20 maiores países produtores agrícolas do mundo; ou seja, nossa produtividade não justifica nossa posição de “liderança” no ranking de uso de venenos.

Essa quantidade absurda de venenos não se deu de forma natural. Ao contrário, é resultado de um processo de imposição que surge com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os restos de armas químicas utilizados na guerra foram adaptados para a agricultura com o objetivo principal de resolver o problema das empresas que ficariam com seus estoques e complexos industriais obsoletos com o fim da guerra. Esse processo, ocorrido em nível mundial, ficou conhecido como Revolução Verde.

No Brasil, para que esse processo fosse efetivado, teve papel determinante a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores. Outro elemento chave foi a criação do II Programa Nacional de Desenvolvimento em 1975, que por sua vez disponibilizou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais produtoras de agrotóxicos, bem como a instalação de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas.

Além disso, é importante lembrar que até 1989 – quando foi aprovada a lei 7.802 – tínhamos no país um marco regulatório defasado, o que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas das quais já proibidas em outros países.

O uso de agrotóxicos causa um desequilíbrio ambiental que torna os agricultores e camponeses vítimas de um ciclo vicioso, em que a cada dia as “pragas” geradas pelo próprio uso de agrotóxicos exigem que sejam feitas aplicações com mais frequência, e com maiores doses.

Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é mais um exemplo de como o sistema de crédito agrícola está submetido ao pacote tecnológico, pois para que os agricultores acessem linhas de crédito para custeio e investimento no sistema produtivo, é preciso apresentar as notas de comprovação das compras de agrotóxicos, bem como outros insumos, sob o risco de não ter os recursos liberados pelo banco. Este processo fez com que o uso de venenos agrícolas fosse imposto aos pequenos agricultores. Ainda que existam linhas de crédito do Pronaf destinadas a uma produção sem veneno, em geral a burocracia para a liberação destes recursos é enorme, bem como é pequena a quantidade de recursos disponíveis.

No entanto, a grande quantidade de agrotóxicos utilizada no país é resultado das plantações do agronegócio, que é dependente do uso de venenos, já que não se pode garantir a produção de monocultivos sem a aplicação destes produtos. Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE, 30% das pequenas propriedades declararam usar agrotóxicos, enquanto que 70% das grandes propriedades adotam esta prática.

O aumento do uso de agrotóxicos no Brasil é reflexo direto da prioridade que o governo deu ao modelo de agricultura adotado pelo agronegócio, que tem a produção monocultora voltada para a exportação com base nas grandes propriedades, com utilização de maquinários pesados que degradam o meio ambiente, e com uso intensivo de agrotóxicos. Essa forma de produzir, ao longo dos anos, tem gerado sérios problemas no campo brasileiro: um dos principais é a contaminação das pessoas e do meio ambiente.

O crescimento desenfreado de uso de agrotóxicos no Brasil aumentou, principalmente, no período de liberação das sementes de variedades transgênicas, pois a maioria destas sementes é adaptada para utilização de algum tipo de agrotóxico. Segundo dados do IBGE e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), entre 2004 e 2008 o crescimento da área cultivada no país foi de 4,59%, enquanto que no mesmo período o crescimento das quantidades de agrotóxicos vendidas foi de 44,6% – um aumento de quase dez vezes.

Saúde

Um relatório apresentado pela Subcomissão Especial Sobre o Uso de Agrotóxicos e Suas Consequências à Saúde, instalada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, afirma que os agrotóxicos representam um conjunto de problemas que afetam diretamente toda a população brasileira, apresentando vários dados que comprovam os problemas na saúde e no meio ambiente.

De acordo com o documento, 11,2 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar grave e reportaram alguma experiência de fome, e outros 14,3 milhões de brasileiros estão sofrendo insegurança alimentar moderada, quando há limitação de acesso quantitativo aos alimentos. Assim, 25,5 milhões de pessoas no nosso país vivem sob risco alimentar de moderado a grave.

De acordo com dados disponibilizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) à Subcomissão, o crescimento do consumo de agrotóxicos no mundo aumentou quase 100%, entre os anos de 2000 e 2009. No Brasil, a taxa de crescimento atingiu quase 200%, quando considerado o montante de recursos despendidos.

As pressões exercidas sobre o governo por parte das empresas produtoras de agrotóxicos são enormes, em especial sobre os órgãos de regulação. Este processo vem acompanhado com constantes propostas de flexibilização da legislação existente, principalmente no que diz respeito à liberação de novos registros de agrotóxicos.

Atualmente existem 2.195 produtos registrados no Brasil, mas só 900 são comercializados. Os registros são de titularidade de 136 empresas diferentes. São cerca de 430 ingredientes ativos registrados. A comercialização desses produtos no país movimentou recursos da ordem de 7,3 bilhões de dólares, somente no ano de 2009. Frente a estes números, podemos compreender com facilidade o porquê de tanta pressão.

Como forma de enfrentar este quadro, no início de 2012 a presidenta Dilma se comprometeu com a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial que teria a tarefa de elaborar um Plano Nacional de Enfrentamento ao Uso dos Agrotóxicos. Infelizmente, esse grupo teve apenas uma reunião, ainda no primeiro semestre, e não mais se reuniu.

Governo

A posição do governo frente à questão dos agrotóxicos tem sido bastante frouxa, principalmente se consideramos a dimensão que o problema atinge. A única medida contudente em relação aos agrotóxicos acaba de ser derrotada: em julho de 2012, havia sido publicada no Diário Oficial da União (DOU) uma medida cautelar do Ibama que determinava uma série de condições para a aplicação aérea de agrotóxicos, e proibia o uso dos ingredientes ativos Imidacloprido, Fipronil, Tiametoxan e Clotianidina.

Segundo dados do Ibama, os quatro princípios ativos correspondem a 10% do consumo brasileiro de defensivos, ou quase 7 mil toneladas de um total de 74 mil toneladas em 2011. Infelizmente, o governo cedeu frente às pressões exercidas pelo agronegócio (principalmente os setores organizados na CNA), e em 3 de outubro de 2012 publicou um ato conjunto do Ministério da Agricultura e do Ibama autorizando, em caráter temporário, o uso de produtos agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxan e Clotianidina para arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo até o dia 30 de junho de 2013, obedecendo a períodos específicos de aplicação por região e por cultura.

No dia 17 de dezembro de 2012, o Ministério da Agricultura apresentou uma proposta de regulação para as aplicações aéreas de produtos agrotóxicos que contêm Imidacloprido, Tiametoxan, Clotianidina e Fipronil para as culturas de algodão e de soja. Tal proposta teria sido construída entre Ibama e Ministério da Agricultura e, segundo o jornal Valor Econômico, a regulamentação será publicada em breve no DOU por meio de uma Instrução Normativa (IN).

Este não é o único caso que explicita a conivência do governo federal com as exigências feitas pelo agronegócio. Em novembro de 2012, vimos o gerente geral de Toxicologia da Anvisa, Luiz Claudio Meireles, ser exonerado por ter denunciado um esquema de corrupção existente dentro do órgão, que facilitava o registro de agrotóxicos para algumas empresas.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida – composta por mais de 60 entidades nacionais, entre elas Via Campesina, Contag, Fiocruz, Consea, Abrasco e Inca, entre outras – protocolou pedido de audiência com alguns ministérios e com o centro do governo para tratar do assunto, mas não foi recebida.

No Congresso Nacional, uma das principais investidas do agronegócio é representada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, que tem exigido a criação de uma Agência Nacional de Agrotóxicos, que passaria a ser responsável pela liberação do registro dos venenos. Hoje, essa atribuição é determinada pela Lei nº 7.802/89, que divide as responsabilidades entre Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura.

Ademais, as facilidades criadas no último período para a liberação de sementes transgênicas dependentes do uso de agrotóxicos também demonstram a clara opção do governo pelo agronegócio.

Apesar das contradições existentes, uma conquista importante no processo de construção de uma nova forma de produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos é a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), fruto da luta das organizações e da sociedade civil organizada que ao longo dos anos vem exigindo e apontando alternativas frente ao modelo hegemônico de agricultura.

No entanto, é importante destacar que a Pnapo é insuficiente, pois não tem condições de garantir um processo massivo de transição para a agroecologia e, além disso, se torna frágil na medida em que não existe uma política nacional de enfrentamento ao uso de agrotóxicos, uma vez que as propriedades que adotarem uma forma de produção sem venenos estarão suscetíveis a possíveis contaminações de agrotóxicos utilizados em outras propriedades próximas. A legislação existente, que poderia proteger as áreas de produção orgânicas e agroecológicas, é fraca e constantemente desrespeitada.

Nos últimos anos, embora a sociedade tenha emitido claros sinais de que aumentou sua percepção em relação aos problemas gerados pelos agrotóxicos, as iniciativas do governo e dos aliados do agronegócio no Congresso Nacional têm andado na contramão. Os próximos anos serão de muita luta nesse campo; há, por exemplo, vários projetos de lei tramitando, e pouquíssimos deles objetivam diminuir ou controlar o uso abusivo de agrotóxicos. Pelo contrário, a maioria propõe a flexibilização da lei de agrotóxicos.

Em 2013, esperamos que a sociedade possa se organizar cada vez mais para enfrentar as disputas que virão em relação a este tema; afinal, não podemos deixar que o país se torne uma lixeira tóxica mundial.



Governo aposta em recuo nos preços dos alimentos em 2013. Tarso Veloso – Valor Econômico. 15/01/2013

Com os alimentos responsáveis por quase metade da alta de 5,84% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2012, o Ministério da Agricultura avalia que os preços de alguns produtos devem cair no primeiro trimestre, contribuindo para arrefecer as pressões inflacionárias. Apesar da expectativa positiva, existem incertezas quanto ao clima, que pode prejudicar as lavouras em desenvolvimento.

Após subir mais de 30% em 2012, a cotação do arroz deve cair com força nos próximos meses. Com o início da colheita do grão, o governo prevê que a saca de 50 quilos, atualmente em R\$ 37, deve ficar perto do preço mínimo - R\$ 25,80 - até março. O cereal subiu 36,6% em 2012. Em virtude dessa expectativa, o ministério anunciou que não realizará leilão de venda do grão nos próximos meses e cancelou o pregão que ocorreria na semana passada.

O arroz foi um dos alimentos que mais contribuíram para a alta da inflação. O preço do grão subiu 36,6% em 2012 e respondeu por 0,65% da alta do IPCA. Com a previsão de queda, começam a ser estudadas formas de auxiliar o escoamento do grão. Hoje, o Rio Grande do Sul colhe 70% do arroz produzido no país, ante 45% em 2004. Isso equivale a 8 milhões das 12 milhões de toneladas que devem ser produzidas em todo o país.

Dessa forma, existe receio de que seja preciso uma intervenção, da mesma maneira que ocorreu com o milho no ano passado, para o produto chegar a outras regiões do país. Por enquanto, o governo aguarda para ver se o próprio mercado é capaz de resolver o problema. Caso existam problemas no escoamento, a Conab intervirá, por meio de leilões de escoamento, para garantir o abastecimento.

Já sobre o feijão, que sofreu alta de 31,53% na variedade carioca - a mais consumida no Brasil -, ainda pairam incertezas em relação à sua produção. O clima instável em regiões produtoras, como o Paraná, pode frustrar a safra. A Conab espera que haja quebra no Estado que já registra chuvas acima do ideal. Por isso, a colheita foi suspensa em alguns municípios, e parte do que foi colhido e estocado pode ser perdido com a umidade.

Apesar de contar uma quebra, a Conab avalia que não será nada "significativo" e que haverá outras duas safras para recuperar as perdas. Segundo uma fonte da estatal, a alta de preços é especulativa, e a segunda e terceira safras serão suficientes para recuperar as perdas.

Outro problema com o feijão carioca é sua difícil armazenagem e o fato de perecer em apenas um ano, ao contrário do feijão preto. Para a fonte, falta investimento da Embrapa para melhorar a semente e expandir a durabilidade do grão.

Sob pressão

Influência dos alimentos no IPCA em 2012 - em %



O pior cenário está no pão francês, responsável pelo impacto de 1,04% no IPCA. Com a previsão de colheita da menor safra de trigo em cinco anos - de 4,3 milhões de toneladas -, o país terá que importar 7 milhões de toneladas.

A safra ruim coincide com restrições argentinas à exportação de trigo. Com isso, o Brasil será obrigado a importar volumes elevados do cereal de fora do Mercosul, com o pagamento de 10% de Tarifa Externa Comum (TEC). Normalmente, menos de 5% das importações brasileiras são trazidas de fora do bloco. Nesta temporada, essa fatia deve alcançar entre 35% e 42%.

O setor produtivo nacional espera uma forte alta no custo de aquisição pelos moinhos. No ano passado, a alta superou os 50% e grande parte desse reajuste já foi passado para o preço da farinha. Outros repasses devem ser feitos no primeiro semestre deste ano.

Para fontes do governo, o peso do pão no IPCA só é grande devido a dificuldade de incluir farinha de mandioca na receita. O projeto de lei 5332/2009, de autoria da deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA), cria o "pão brasileiro" com a inclusão de mandioca e derivados na receita tradicional, mas está parado desde 2009 na Câmara dos

Deputados. Segundo uma fonte do governo, o lobby das indústrias de trigo consegue paralisar essas iniciativas, que tornariam o pão mais barato ao usar um produto brasileiro e que pode ser cultivado em quase todo o território nacional.

A inflação da mandioca e da farinha extraída desse tubérculo em 2012, de 91% segundo a Conab, foi um "ponto fora da curva". Para técnicos da estatal, o preço só subiu devido à seca que atingiu o Nordeste, mas deve se normalizar este ano. Além disso, a área com a cultura no Paraná perdeu força nos últimos cinco anos para a cana.

O segmento de carnes, que apresentou deflação em 2012, deve começar 2013 em alta, segundo o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Antenor Nogueira. A tendência, diz ele, é de alta no preço devido a fatores como falta de chuva nos pastos. Segundo Nogueira, em Goiás, Tocantins, norte de Minas Gerais e em Mato Grosso a chuva ficou abaixo do necessário para preparar o pasto.

Para o produtor de leite, 2012 não foi bom. Enquanto o preço do litro pago ao produtor permaneceu em cerca de R\$ 0,80 por litro, os custos de produção subiram mais de 20%, segundo o Cepea/Esalq, afetados pela guinada nos preços do milho e farelo de soja e a seca. Os produtores aguardam a entrada da nova safra de grãos para baratear a ração e esperam que janeiro traga as chuvas desejadas.

Fiscalização 'barra' 20% dos adubos no país. Carine Ferreira – Valor Econômico. 17/01/2013

Quase um quinto dos fertilizantes fiscalizados no Brasil está fora do padrão estabelecido pelo Ministério da Agricultura. No ano passado, 19,98% das amostras de produtos coletadas até novembro apresentaram níveis de nutrientes fora dos limites previstos pela legislação.

Desde 2008, as avaliações periódicas realizadas pela Pasta resultaram em quase 6,2 mil autos de infração contra empresas do setor.

Os padrões estabelecidos pela legislação visam garantir a eficiência do produto. Há uma margem de tolerância, para cima e para baixo, devido às alterações que podem ocorrer tanto durante a amostragem quanto na análise laboratorial.



Em 2008, o Ministério da Agricultura procurou o Ministério Público Federal (MPF) para dar prosseguimento aos processos administrativos. O órgão então encaminhou algumas ações para as regionais, segundo Hideraldo José Coelho, coordenador do Departamento de Fiscalização dos Insumos Agrícolas, do Ministério da Agricultura.

No ano passado, uma ação contra a multinacional norueguesa Yara foi ajuizada na Promotoria de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul pelo Ministério Público do Estado. Segundo Rossano Biazus, promotor do Ministério Público Federal no Estado, a empresa foi acusada de apresentar diversas amostras que não estavam em conformidade, a partir da autuação do Ministério da Agricultura.

Depois das investigações e da defesa da companhia, o inquérito civil foi encaminhado à Justiça e foi deferida uma liminar pela 15ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, em 21 de dezembro de 2012, que determina que a empresa não ofereça mais esses produtos com especificações em não conformidade, com recolhimento dos lotes de fertilizantes. A Yara estará sujeita à multa de R\$ 50 mil por lote não retirado.

O Ministério Público pede que as liminares sejam mantidas e que haja indenização para os produtores. Em nota, a Yara Brasil informou que discorda dos critérios adotados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e que recorrerá da decisão. A empresa também ressalta que adota padrões de certificação e controle de qualidade mundialmente reconhecidos.

A alegação da Yara ecoa no setor. De modo geral, a indústria reclama que a legislação sobre fertilizantes no Brasil é defasada, o que é admitido por representantes do próprio Ministério da Agricultura. Coelho afirma, porém, que os valores das multas às empresas estão defasados - na média, ficam entre R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, podendo chegar a R\$ 19 mil.

Segundo ele, o problema tornou-se muito frequente. O número absoluto de autos de infração lavrados recuou de 1.264, em 2008, para 722, em 2012 (número preliminar, até novembro), mas porque o número de amostras coletadas diminuiu. Na média, o número de autuações em relação à quantidade de amostras subiu, de 18,17% para 19,98%, no mesmo período. "O processo produtivo não é perfeito, é comum acontecer, mas está frequente", afirma o representante do governo.

Coelho explica que a redução de amostras coletadas faz parte de um plano de ação orientado para fiscalizações com maior foco na melhoria do processo de produção das empresas (verificação de equipamentos deficientes, controle de qualidade adotado pelas empresas) em detrimento da quantidade de amostras fiscalizadas.

Por outro lado, na sua avaliação, os números da fiscalização estão caindo em virtude das restrições orçamentárias e financeiras instituídas nos últimos dois anos pela Presidência da República para contenção de gastos com diárias e passagens, o que limita o deslocamento dos fiscais.

David Roquetti Filho, diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), que representa as empresas do setor, pondera que, em um mercado que movimenta cerca de 30 milhões de toneladas por ano, não é incomum ter alguma não conformidade pelo tamanho e escala do segmento. Mesmo assim, segundo ele, o

número é "ínfimo". "Quando acontecem [as irregularidades], as providências são rapidamente tomadas em benefício dos clientes", garante.

UE suspeita de inseticidas por "sumiço" de abelhas. Matthew Dalton e Michael Haddon | The Wall Street Journal – Valor Econômico. 18/01/2013

Para a UE, presença de resíduos de pesticida no néctar e no pólen pode ser a razão para a morte em massa de abelhas

As autoridades europeias informaram que três inseticidas há muito suspeitos de contribuir para a queda acentuada das populações de abelhas representam risco para os insetos, e defenderam que esses produtos químicos sejam submetidos a um exame mais detalhado.

A descoberta dos cientistas da Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos (EFSA, nas iniciais em inglês) insufla ainda mais uma discussão que se acirrou nos últimos anos na América do Norte e na Europa sobre a causa das mortes em massa nas colônias de abelhas, das quais os agricultores dependem para polinizar suas plantações. E poderá elevar as pressões sobre os órgãos reguladores americanos, que analisam atualmente os efeitos ambientais dos produtos químicos, em favor de sua retirada do lucrativo mercado americano.

França, Alemanha, Itália e outros países europeus já proibiram ou suspenderam o uso de determinados inseticidas, conhecidos como neonicotinoides, que, segundo argumentam muitos agricultores e cientistas, são a causa principal da queda das populações de abelhas comuns. A indústria de pesticidas e outros cientistas dizem que as doenças e as mudanças ambientais é quem são os responsáveis.

A avaliação de risco, publicada anteontem, afirmava que três neonicotinoides - a clotianidina e o imidaclopride, fabricados principalmente pela Bayer, e o tiametoxam, produzido pela Syngenta - representam riscos para as abelhas por meio da presença de resíduos de terra e pesticida contaminados no néctar e no pólen. O órgão europeu vê "alto e grave risco" para as abelhas na forma pela qual os três inseticidas são aplicados a cereais, algodão, canola, milho e girassol.

Sua análise "propôs uma avaliação de risco muito mais abrangente para o caso das abelhas e introduziu, além disso, um nível mais alto de atenção na interpretação dos estudos de campo", disse a EFSA. Mas a agência observou que não há dados para concluir que os inseticidas contribuem para o colapso das colônias de abelhas.

A Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia (UE), solicitará novas informações das fabricantes dos produtos químicos, disse um porta-voz da comissão. A UE está preparada para tomar "as medidas necessárias" se novos estudos revelarem a existência de ameaça definitiva imposta pelos produtos químicos às populações de abelhas, acrescentou.

Um alto executivo da Syngenta criticou o estudo. "Fica evidente para nós que a EFSA sofreu pressão política para produzir uma avaliação de risco apressada e imprópria, que

ela mesma reconhece conter alto nível de incerteza", disse John Atkin, diretor operacional da Syngenta. "Este relatório não é digno da EFSA e seus cientistas".

A EFSA não respondeu a uma solicitação por seus comentários.

A Bayer diz que sustenta os dados anteriores apresentados aos órgãos reguladores, que demonstravam que os produtos químicos não causam danos às abelhas se usados da maneira pela qual foram aprovados na Europa. "Consideramos que os novos relatórios da EFSA não alteram a qualidade e a validade dessas avaliações de risco e os estudos subjacentes", disse a companhia química alemã.

O Departamento de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), que regulamenta o uso de pesticida, diz desconhecer dados que demonstrem que os neonicotinoides tenham contribuído para o colapso das colônias de abelhas. Pesquisadores do Departamento de Agricultura americano examinam a questão, mas dizem não ter encontrado prova que relacione pesticidas às mortes de abelhas.

A EPA rejeitou solicitações emergenciais de ambientalistas de que uma série de neonicotinoides seja retirada do mercado. Mas, em resposta à pressão pública, acelerou a análise periódica de segurança de produtos químicos para verificar a necessidade da adoção de restrições adicionais a seu uso.

Os grupos ambientais dizem que a EPA está se movimentando com excessiva lentidão e cogitam mover uma ação judicial para obrigar o órgão a agir. "A EPA tem um enorme problema de conformidade", disse Jay Feldman, diretor-executivo do grupo antipesticidas Beyond Pesticides. A EPA não comentou de imediato o assunto.

Nos EUA os neonicotinoides substituíram pesticidas considerados mais perigosos, gradualmente retirados do mercado americano.

Embrapa cria soja 'preta' para ganhar o paladar brasileiro. Fernanda Pressinott e Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/01/2013

Se tudo correr como planejado, em cinco anos a Embrapa Soja, a Empresa de Pesquisa de Minas Gerais (Epamig) e a Fundação Triângulo lançarão no mercado uma variedade de soja preta, parecida com o feijão da mesma cor após cozida, mas com uma promessa que pode torná-la ainda mais popular que a estrela da feijoada: a de retardar o envelhecimento.

Assim como outros grãos e frutas de pigmentação escura, o grão conta com a antocianina, substância que combate a ação dos radicais livres no organismo humano.

O produto faz parte de uma pesquisa que já dura dez anos e pertence a um programa de quase três décadas de melhoramento da soja da Embrapa. Desde que chegou ao Brasil, em 1908, junto com os primeiros imigrantes japoneses, a oleaginosa não caiu no agrado do paladar do brasileiro, cujo consumo é tão pequeno que sequer é medido por estatísticas. Os japoneses, pelo contrário, consomem 8 gramas diários do grão.

Por essa razão, a soja preta é vista como a nova tentativa de conquistar o consumidor. "O apelo do produto é semelhante ao de outros alimentos funcionais que são benéficos ao organismo", diz a pesquisadora da Epamig, Ana Cristina Juhász. Segundo ela, os estudos conseguiram atenuar a ação da enzima lipoxigenase, responsável pelo gosto rançoso do grão que tanto afasta o comprador.

Na sua opinião, a vantagem dessa nova soja é a possibilidade de ser cozida junto ao feijão preto, produto mais tradicional no Rio de Janeiro e Sul do país. "Mas ela pode ser feita separadamente", acrescenta.

Seu colega de pesquisa da Embrapa Soja, Vanoli Fronza, afirma que duas variedades cultivadas de forma experimental no Triângulo Mineiro apresentaram rendimento e custo de produção parecidos com o de outras cultivares. "O produtor não vai encontrar diferenças agrônômicas", diz. Na reta final, uma variedade será escolhida e avaliada em relação a sua aceitação de mercado. A expectativa é que o preço final, de R\$ 4 por quilo, seja igual ao do feijão preto.

Fronza pondera que o produtor precisará se preocupar com a aparência dos grãos. "Os que estiverem fora do padrão de cor e tamanho devem ser descartados". Ele alerta que esses grãos refugados dificilmente serão aceitos pela indústria de óleo, pois sua coloração altera o produto final. "Mas a indústria de ração pode se interessar pelo descarte".

A soja preta incorpora outras opções de oleaginosas no mercado, como a de cor marrom que foi lançada em 2011 e, por enquanto, disponível no Rio de Janeiro e no Triângulo Mineiro. Neste caso, a proposta da pesquisa é parecida - a de suavizar o sabor para aproximar o consumidor do grão que também pode ser preparado com o feijão carioca. "A mistura deles resulta em uma alimentação enriquecida de proteína e cálcio", diz Fronza. Até agora são 500 hectares cultivados com a variedade por meio de parceria com empresas que investiram no desenvolvimento da cultivar, como o Grupo Boa Fé - Ma Shou Tao, em Uberlândia (MG), que atua na área de grãos, pecuária e sementes.

Os pesquisadores Ana Cristina e Fronza reconhecem que a pouca publicidade desses produtos é uma das principais razões para que não deslanchem no mercado, apesar de todo o apelo que carregam como alimentos saudáveis. Para eles, conquistar o público jovem (refeições nas escolas públicas faz parte de uma das estratégias da Embrapa) seria uma forma de quebrar preconceitos e formar um novo consumidor.

Produtores de transgênicos miram agricultura familiar. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 21/01/2013

Com a taxa de adoção das variedades transgênicas atingindo mais de três quartos das lavouras de milho nas safras de verão e inverno no país, a indústria de biotecnologia mira agora as áreas cultivadas com sementes convencionais distribuídas aos agricultores familiares pelos governos estaduais e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A nova fronteira é estimada em 2,6 milhões de hectares pela consultoria Céleres em estudo elaborado para a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

Pelas estimativas da Céleres, o milho transgênico cobrirá 12,2 milhões de hectares no ciclo 2012/13, o equivalente a 76,1% da área total do grão prevista pela consultoria para o período. Já em relação à projeção de área da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que é de 14,7 milhões de hectares, o cereal geneticamente modificado representaria 82,3% das lavouras.

Segundo o sócio-diretor da Céleres, Anderson Galvão, o "grande desafio" do setor é romper o "viés ideológico" dos governos que afasta os agricultores familiares e boa parte da área plantada com milho (entre 17,7% e 23,9%) do uso da biotecnologia. Para ele, essas políticas governamentais são "equivocadas", "mal elaboradas" e criam um "apartheid tecnológico" no campo.

Conforme Galvão, isso contribui para manter os baixos níveis de rendimento, na faixa de 2 mil quilos por hectare, entre os pequenos agricultores dependentes dos programas de distribuição de sementes, enquanto produtores de grande porte que usam biotecnologia alcançam até 11 mil quilos por hectare. Mesmo numa pequena lavoura, de 50 hectares, o estudo da consultoria aponta que o benefício econômico acumulado da safra 2008/09 até 2011/12 soma US\$ 100,4 mil.

Deste valor, 90% referem-se ao ganho de produtividade e o restante divide-se entre a redução de custos com insumos e defensivos e a remuneração da indústria sementeira. E, mantidas as premissas atuais de aumento de eficiência, o benefício econômico pode alcançar US\$ 324,1 mil no acumulado de 2011/12 a 2021/22 na mesma plantação de 50 hectares, afirma o analista.

Galvão diz ainda que o aumento da produtividade do grão transgênico, que passaria de 20% em relação ao milho convencional cultivado com nível elevado de tecnologia, e a simplificação do manejo das plantações compensam o preço 40% a 45% mais elevado das sementes modificadas, de até R\$ 480 por saca. Como cada saca semeia um hectare, os 2,6 milhões de hectares supridos atualmente por sementes oficiais representariam um mercado de até R\$ 1,2 bilhão por ano para a indústria de biotecnologia.

"A indústria tem disposição e interesse [em fornecer sementes transgênicas para os programas governamentais], mas há resistência dos executores das políticas públicas", acrescenta Galvão. Segundo ele, os programas de distribuição mais importantes são os do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e de vários Estados do Nordeste.

Só no Rio Grande do Sul, a distribuição de sementes de milho para a agricultura familiar chega a 400 mil sacas por safra, o suficiente para plantar 400 mil hectares, ou 40% da área total de milho no Estado, explica o presidente da Abrasem, Narciso Barison Neto. Para a analista Paula Carneiro, da Céleres, o receio em distribuir material geneticamente modificado é fruto de "desconhecimento" dos benefícios da tecnologia.

Conab efetua doações de carne de bode do PAA em Pernambuco (PE) – Site da CONAB. 22/01/2013

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento, Rubens Rodrigues dos Santos, participa, nesta segunda-feira, da entrega de 250kg de carne de bode ao Centro de Desenvolvimento Integral Céu Azul (CDI Céu Azul), ONG de assistência a 400

crianças e adolescentes localizada no município de Camaragibe (PE). Na entidade são servidas diariamente quatro refeições divididas em dois turnos. O produto a ser entregue foi adquirido de pequenos agricultores por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Conab iniciou, no final de 2012, as aquisições de ovinos e caprinos por meio da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar no âmbito do PAA em Pernambuco. Desde então, foram beneficiados 301 pequenos criadores. Foram adquiridos 5.721 animais vivos, sendo 2.131 em Parnamirim, 2.756 em Afogados da Ingazeira e 834 em Bezerros. Os animais foram abatidos e armazenados em embalagens a vácuo de 10kg, contendo quatro pacotes de 2,5kg, na forma de mix para guisado.

A compra resultou na produção de 77.970 kg de carne de bode beneficiada. Do total, já foram entregues 15.000 kg ao Banco de Alimentos do SESC, que se encarregará da doação a entidades cadastradas no Sistema Único de Atendimento Social (SUAS) - entre elas, o CDI Céu Azul. Outros 4.000 kg foram doados às cozinhas comunitárias de Orocó (1.000 kg) e Betânea (3.000 kg).

Antes da inclusão de ovinos e caprinos no PAA, o animal vivo era vendido pelos criadores por uma média de R\$ 80 a R\$ 90. A Conab paga uma média de R\$ 240 por bode. Cada 721 kg de carne (o que dá uma média de 20 animais vivos) são adquiridos pelo teto de R\$ 4.800 mil pagos pelo PAA. Esses mesmos 20 animais eram vendidos, antes, para comerciantes locais por uma média de R\$ 1,6 mil.

A ação, operacionalizada pela Conab, faz parte de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Governo do Estado de Pernambuco, e visa amenizar os efeitos da seca na região oferecendo uma alternativa de comercialização aos agricultores familiares. O produto adquirido é destinado a escolas, creches, asilos e outras entidades de assistência social. A previsão é que tais aquisições ocorram em outros estados da Região Nordeste.

Mapa cria Comissão Técnica de Recursos Genéticos – Site do MAPA. 22/01/2013

Comissão será responsável por recomendar políticas públicas, organizar e apresentar estudos sobre o potencial de impactos socioeconômicos

Com o objetivo de estabelecer políticas públicas para promoção da conservação de recursos genéticos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou uma Comissão Técnica de Recursos Genéticos (CTRG). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (22). O grupo será integrado por representantes do Mapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

A CTRG ficará responsável por recomendar políticas públicas e programas relativos aos recursos genéticos de interesse da agricultura e alimentação, além de organizar e apresentar estudos sobre o potencial de impactos socioeconômicos de instrumentos internacionais de acesso a recursos. Outra atribuição será assessorar o ministério nas decisões sobre o tema e na ratificação, pelo Brasil, de instrumentos internacionais de

acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado a repartição de benefícios, de que o País participe das negociações ou deles seja signatário.

De acordo com o coordenador de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária do Mapa, Roberto Lorena, a importância da Comissão é articular a área política com a científica do Mapa. “O recurso genético é um material biológico que serve de base para o pesquisador descobrir e desenvolver novas cultivares vegetais, novas raças de animais e novos microorganismos na busca por sustentabilidade para o agronegócio”, explica.

Aumenta o cerco à publicidade para crianças. Andréa Licht e Paola Moura – Valor Econômico. 22/01/2013

Mais de 30% das crianças brasileiras têm sobrepeso e 15% delas são obesas na faixa entre 5 e 9 anos. O dado é da Pesquisa de Orçamento Familiar, do IBGE, de 2009 e é três vezes maior do que há uma década. O tema, que já é uma questão de saúde pública, está estimulando a criação de leis, em diferentes estados, restritivas da publicidade e do marketing voltado às crianças. No Rio acaba de entrar em vigor uma lei que proíbe a venda casada de brindes e lanches. Nas cidades de Florianópolis e Belo Horizonte existem leis semelhantes.

O cerco às indústrias de alimentos e ao mercado publicitário deve continuar. E o próximo round acontece até o dia 29, prazo para que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin sancione o Projeto de Lei 193/2008, do deputado Rui Falcão (PT). Se aprovada, a nova lei impedirá a publicidade, dirigida a crianças, de alimentos e bebidas pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio entre 6 horas e 21 horas, no rádio e televisão, e em qualquer horário nas escolas públicas e privadas.

No Rio, a lei municipal 5.528 vem sendo descumprida pelo McDonald's e pelo Bob's. Até ontem, as duas redes de lanchonetes continuavam a vender brinquedos com grande apelo infantil agregados aos lanches destinados às crianças. Publicada em 8 de janeiro, a lei municipal, de autoria do vereador Marcelo Piuí (PHS), prevê multa de R\$ 2 mil para cada loja que descumpri-la. Em caso de reincidência, a penalidade é dobrada. O texto diz que é responsabilidade do município a fiscalização.

No McDonald's, a promoção que acompanha o McLanche Feliz oferece atrativos tanto para meninos como meninas. Os meninos podem escolher entre personagens das histórias do Lanterna Verde, da Marvel, enquanto as meninas podem colecionar bonequinhos japonesas Hello Kitty.

Já no Bob's, o Tri Kid's, utilizado para batizar a refeição infantil similar ao do concorrente (cheeseburger, batata frita e coca-cola), neste mês, vem acompanhado também de personagens da DC Comics: Batman, Robin, Coringa ou Mulher Gato.

A Rede Bob's informou que ainda está avaliando a nova legislação e divulgou a nota: "em conjunto com as entidades que representam o setor, esclarece que avalia a nova legislação para posteriormente adotar qualquer medida. Até o momento a operação não foi alterada".

A única rede que já retirou de todas suas lanchonetes no município do Rio os brinquedos vendidos às crianças foi o Burguer King. A empresa informou que, no entanto, em outros municípios do Estado do Rio, onde não há legislação a respeito, os brinquedos continuam sendo vendidos.

Belo Horizonte e Florianópolis publicaram leis em junho de 2012 que também tratam da proibição da venda casada de lanches e brindes ou brinquedos. As multas vão de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil, dobrando na reincidência. Em Florianópolis, após a sanção da lei, três redes de fast-food e uma confeitaria foram notificadas pelo Procon. No entanto, o órgão foi proibido de notificar os estabelecimentos devido a um mandado de segurança movido pelas empresas autuadas e concedido pelo juiz da vara da Fazenda Pública.

A preocupação dessas leis, que também avançam em outros países, é proteger o público infantil vulnerável ao marketing, ao consumo e ao sobrepeso. "Os projetos de lei tratam do problema pontualmente. Mas encaramos a obesidade como multicausal", diz Isabella Henriques, diretora do Instituto Alana, organização não governamental dedicada ao público infantil. Embora seja apenas um dos aspectos que contribuem à escalada da obesidade, é através da comunicação que a população recebe a informação e cria o desejo de comer alimentos processados, que representa, para muitos, um salto de status. "Esta discussão já é complexa para um adulto e se agrava quando se fala de crianças", diz o assessor de advocacia do Alana, Pedro Hartung.

Atualmente, mais de 200 projetos que limitam a publicidade tramitam no Congresso. Metade deles se refere à bebidas alcólicas e a outra parte à bebidas não alcólicas, alimentos, automóveis.

MST apoia a luta dos camponeses do México contra milho transgênico – Site do MST. 29/01/2013

O setor de relações internacionais do MST enviou uma carta aos movimentos sociais de camponeses do México, organizados na União Nacional de Organizações Camponesas Autônomas Regionais (Unorca), para manifestar apoio à luta contra a aprovação dos transgênicos.

“Vocês estão fazendo uma batalha fundamental, na vanguarda do processo de barrar o avanço do capital, que quer dominar nossas terras, nossa água, nossos recursos naturais, nossas sementes e os nossos alimentos”, diz a nota do MST.

Desde a semana passada, os movimentos de camponeses fazem protestos e militantes fazem uma greve de fome em frente ao Monumento Angel, símbolo da independência da Espanha na Cidade do México, contra as empresas transnacionais do agronegócio.

Os movimentos sociais do México fazem uma grande campanha contra as transnacionais Monsanto, DuPont e Dow, que pressionam pela autorização do governo para plantar 2,4 milhões de hectares de milho transgênico no México.

Essa superfície é equivalente ao tamanho de El Salvador. A situação é grave, já que o México é o centro da diversidade do milho no mundo, onde existem milhares de variedades nos campos das comunidades camponesas e indígenas.

O milho é um dos três principais alimentos em escala global, pelo que a contaminação dos milhos no México por transgênicos perigosos representa uma ameaça a todo o planeta.

“Transmito todo o meu apoio aos meus irmãos e irmãs em líderes camponeses do México que protestam para parar a iminente aprovação pelo Governo do México do plantio comercial em grande escala de milho transgênico”, afirmou Henry Saragih, coordenador Global da Via Campesina.

Peter Rosset, assessor da Via Campesina, coloca a questão da iminente aprovação do milho transgênico no México no contexto global de ofensa grande capital no campo, que inclui expansão concessões de mineração, os agrocombustíveis e os investimentos de turismo, que terminam na desapropriação e deslocamento das comunidades rurais.

Segundo ele, empresas como a Monsanto querem abrir novos mercados para as sementes transgênicas, como no Equador e da Bolívia, e gastam dinheiro para fazer "campanhas de mentiras", como fez na Califórnia para derrotar o referendo sobre a rotulação de produtos geneticamente modificados.

Ana de Ita, do Centro de Estudos para a Mudança Rural no México, afirma que o país enfrenta uma "emergência nacional" pelo iminente liberação comercial de milho transgênico, que em seis meses poderá estar nas tortillas dos consumidores de grandes cidades. Para ela, isso representa uma ameaça às variedades nativas de milho pela contaminação transgênica.

Abaixo, leia a nota enviada pelo MST:

Estimados companheiros e companheiras da União Nacional de Organizações Camponesas Autônomas Regionais (UNORCA)

Lutadores do povo Mexicano e de nossa América,

estamos acompanhando com muita atenção e carinho o desenrolar dessa luta importantíssima contra as sementes transgênicas, em especial em defesa de nosso milho.

Vocês estão fazendo uma batalha fundamental, na vanguarda do processo de barrar o avanço do capital, que quer dominar nossas terras, nossa água, nossos recursos naturais, nossas sementes e os nossos alimentos.

Já desde o final do século 19, nos advertia o grande pai da pátria latino-americana José Martí, quando disse: “ai do povo que não tiver controle sobre seus alimentos, pois será um povo escravo, de quem os fornecer!”

Por isso, essa luta é não apenas em defesa dos camponeses, mas dos nossos povos latino-americanos contra a sanha das empresas transnacionais do agronegócio.

Temos muito orgulho de vossa disposição de luta, teimosia, resistência, que honram o passado glorioso do povo mexicano de sua luta anti-colonial, anti-latifundiária e anti-imperialista, da qual Zapata e tantos outros foram seus líderes.

Queremos desde o Brasil enviar um abraço fraterno e solidário. Sigam em frente! Da resistência e coragem de vocês dependerão outras lutas na América do Sul contra os transgênicos.

Vocês são toda a América Latina. Estamos com vocês. Não desanimem, não esmoreçam!

Um forte abraço de todos militantes do MST e dos movimentos sociais do campo aglutinados na Via Campesina Brasil

Ministério defende acesso a políticas para combate à extrema pobreza – Site do MDA. 30/01/2013

Nesta quarta-feira (30), a Inclusão Produtiva Rural foi tema de palestra para esclarecimentos e discussão durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, que ocorre em Brasília. Com a participação do secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Valter Bianchini, e da diretora de Apoio a Comercialização e Aquisição da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Denise Kroeff, o debate apresentou: um conjunto de políticas do Governo Federal para o combate à pobreza extrema, como as prefeituras podem acessar os programas federais, além dos benefícios que essas ações levam aos municípios.

O foco da discussão foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Somente o PAA, por exemplo, terá um orçamento de R\$ 1,3 bilhão para 2013.

"Se juntarmos recursos de crédito, de seguro do Garantia-Safra, de bolsa família, entre outros, veremos que existe um círculo virtuoso que serve não só para o combate à pobreza, mas como para irrigar com muita força a própria economia local de pequenos municípios", assinalou o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini. Para o secretário, promover a articulação para que maior número de pessoas acesse as políticas públicas existentes é uma forma de garantir o crescimento dos municípios rurais brasileiros.

"Em muitos municípios, só o recurso do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é maior que o fundo de participação do próprio município. Para se ter ideia da importância que uma política de crédito pode ter num programa municipal de desenvolvimento", apontou secretário da agricultura familiar do MDA.

Bianchini citou como instrumentos importantes a serem articulados nos municípios o Microcrédito Rural, o Garantia-Safra, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o apoio a projetos de infraestrutura locais. "Isso só se faz com políticas descentralizadas. Por isso estamos com as prefeituras para caminharmos na direção de um rural com gente feliz e com inclusão social e produtiva", finalizou o secretário do MDA.

Brasil Sem Miséria

Os principais eixos do Plano são a garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. No meio rural, as ações visam aumentar a produção para a segurança alimentar e a ampliação dos canais de comercialização, com assistência técnica e extensão rural e estratégia de compras públicas e privadas. Para as compras públicas, são programas fundamentais o PAA e o Pnae.

"O objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é ampliar os canais de comercialização por meio do abastecimento de mercados institucionais, para promover a geração de renda dos agricultores e movimentar o mercado local", resumiu Denise Kroeff, do MDS.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

No programa em parceria entre MDA, MDS e Conab, há diversas modalidades que podem ser acessadas pelos agricultores.

Entre elas, a modalidade mais recente, Compra Institucional, que amplia oportunidades de mercado para a agricultura familiar, permitindo que órgãos de administração da União, estados, DF e municípios comprem, com seus próprios recursos, alimentos para atender demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros. Com isso, várias instituições podem comprar da agricultura familiar sem licitação.

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa estabelece que um percentual mínimo de 30% de todo o recurso de alimentação escolar seja comprado da agricultura familiar, com dispensa de licitação. Com essa medida, as prefeituras garantem alimentação fresca, regional e de qualidade e promovem a economia local.

Campanha compromete prefeitos no combate ao uso de agrotóxicos. Maria Mello – Site do MST. 31/2013

Mais de 400 novos prefeitos e prefeitas eleitos de todas as regiões do país se comprometeram com o desenvolvimento de ações de combate aos agrotóxicos e a promoção de políticas voltadas à produção sem venenos durante atividade promovida pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas realizado nesta semana em Brasília.

Ao longo dos três dias da atividade, militantes da campanha aplicaram um questionário com cerca de 400 novos governantes municipais, composto por questões que visam investigar o grau de utilização de agrotóxicos, a existência de produção livre de venenos e o interesse dos prefeitos em promover políticas públicas de combate aos agrotóxicos e de incentivo à produção agroecológica nas cidades que administram.

Além dos questionários - que serão sistematizados e terão seus resultados divulgados posteriormente pela Campanha -, foram distribuídos panfletos com dados sobre a situação alarmante do emprego de agrotóxicos na agricultura do país

Foram apresentadas sugestões de atuação das prefeituras em relação ao tema, como a elaboração de leis municipais que aumentem o ICMS sobre a circulação de venenos no município e estabeleçam restrições à sua circulação

Além disso, cobraram a realização de convênios para promover a agroecologia como prática agrícola de aumento de produtividade na agricultura e o estímulo à aferição de casos de intoxicação ou enfermidades resultantes do uso dos venenos, entre outras iniciativas. Cópias do filme *O veneno está na mesa*, produzido pelo cineasta Silvio Tandler em parceria com a Campanha, também foram entregues aos participantes.

“Acreditamos que a atuação em âmbito municipal de combate ao uso de venenos e de estímulo à produção que garanta alimentos saudáveis para a população rural e urbana é fundamental para avançarmos nesta luta”, avalia Iara Campos, nutricionista e integrante do Comitê local da Campanha.

(Assista aqui ao vídeo da atividade da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida no Encontro. (<http://www.youtube.com/watch?v=65Mcq8-dZ-Q&feature=youtu.be>))

Campanha contra agrotóxicos critica patrocínio do agronegócio à Vila Isabel. José Coutinho Junior – Site do MST. 31/01/2013

O samba acima é enredo da escola Vila Isabel para o desfile do carnaval de 2013, escrito por Martinho da Vila, Arlindo Cruz, André Diniz, Tunico da Vila e Leone.

A escola pretende com o tema Vila canta o "Brasil celeiro do mundo - 'Água no feijão que chegou mais um...", fazer uma homenagem à vida do homem simples do campo (*clique aqui para ouvir o samba*).

Segundo a carnavalesca Rosa Guimarães, que desenvolveu o tema “A vida no interior é simples, mas é uma festa. Tem sempre alguém querendo contar um ‘causo’, aquela mesa farta e muita fé em Deus e no trabalho para ter uma boa colheita. As pessoas recebem os vizinhos e amigos com muito carinho e tem sempre aquele fogão de lenha acesso para preparar os quitutes”.

No entanto, o desfile da Vila Isabel tem uma grande contradição: a escola é patrocinada pela Basf, empresa transnacional, fabricante de agrotóxicos e representante dos interesses do agronegócio, que tem interesses opostos aos do “homem simples do campo” retratado no samba enredo.

Representantes de diversos movimentos sociais, participantes da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, em carta à Vila Isabel, elogiaram a letra do samba e a representação da vida camponesa, mas repudiaram o patrocínio.

“Em 2010, a BASF foi a terceira maior vendedora de agrotóxicos no Brasil, lucrando 916 milhões de dólares com a doença dos brasileiros e brasileiras. “Uma Escola que já nos presenteou com belos sambas falando de um mundo melhor não deveria se submeter ao interesse vil desta multinacional.” afirma a carta (*clique aqui para ler a carta*).

Nesta terça (29/01), representantes dos movimentos sociais signatários da carta entregaram o documento na quadra da escola à vice-presidenta Elizabeth Aquino. As entidades pediram que uma faixa da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos fosse estendida na quadra da agremiação. A faixa vai agradecer o esforço da escola de valorizar os pequenos agricultores brasileiros. Elizabeth concordou com a ideia, desde que não haja teor político e que a mensagem passe pelo crivo e aprovação do presidente da Vila Isabel, Cleber Tavares.

A contradição que se vê no desfile da Vila Isabel é a mesma que está presente no campo brasileiro: de um lado, o agronegócio, defensor da monocultura e do latifúndio com vasto uso de agrotóxicos; do outro, os movimentos sociais, os assentados, os Sem Terra, que buscam implantar a agricultura familiar com um modelo de produção mais igualitário e saudável.

Para o professor e escritor Luiz Ricardo Leitão, a escola está conseguindo equilibrar os dois lados. “Como qualquer tema, é sempre uma disputa e objeto das mais variadas leituras. A julgar pela letra, o tema da questão agrária está tratado de forma ponderada, pois ela fala em fazer bolo de fubá, semear o grão e saciar a fome com a produção, que é a proposta básica da atividade agrícola, defendida pelos movimentos sociais que se contrapõem à agricultura como um mero negócio”.

Venenos

A alemã Basf é a maior empresa química do mundo. A empresa tem um histórico de atentados ao meio ambiente e à vida humana. Durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa produziu o gás Zyklon B, usados nas câmaras de gás nazistas para matar milhões de prisioneiros.

Em 2010, a Basf foi a terceira maior vendedora de agrotóxicos no Brasil, lucrando US\$ 916 milhões com vendas de veneno. Em 2001, a empresa causou um vazamento de 11 mil litros de Mollescal, um corrosivo destinado ao curtimento de couro no Brasil. Depois do acidente, forneceu informações falsas ao serviço de emergência sobre o grau de toxicidade da substância, colocando em risco os profissionais envolvidos no atendimento à população.

O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 mostra que a agricultura familiar é responsável por 70% do alimento que chega à mesa dos brasileiros, mesmo ocupando apenas 25% das áreas agricultáveis.

Apesar de receber 14% do crédito dado pelo governo à produção agrícola, ela agricultura familiar emprega nove vezes mais pessoas por área e ainda é responsável por um terço das exportações agropecuárias do país. O agronegócio, que recebe os outros 86% do crédito, concentra 75% das terras mas produz apenas 30% dos alimentos que compõem a alimentação da população, empregando somente 1,5 trabalhadores a cada 100 hectares.

Sem submissão?

O professor acredita que o patrocínio da Basf não é garantia de que o desfile da Vila Isabel seja mera propaganda da empresa e do agronegócio, pois não se pode subestimar o prestígio da escola, autora de enredos muitas vezes progressistas, como o de 2006 que garantiu o segundo título com Soy loco por ti América - A vila canta a latinidade.

“A letra, o primeiro elemento importante, que leva o samba à avenida, não é uma submissão aos desígnios do agronegócio. E também no plano alegórico, espero eu que a escola saiba equilibrar esse embate entre interesses dos oligopólios e interesses da população, dos trabalhadores rurais”, acredita.

Elizabeth Aquino, vice-presidenta da escola, em reunião com representantes de movimentos sociais que realizaram a entrega da carta, afirmou que o desfile não será propaganda da Basf. “A Vila Isabel pegou recursos da Basf para que fizéssemos um carnaval mais grandioso. Somente com o repasse da Prefeitura nenhuma agremiação faz um carnaval competitivo. Mas todo nosso carnaval é a valorização do homem do campo. Não colocaremos na avenida nenhum maquinário agrícola top de linha. Nas fantasias e alegorias, retratamos a natureza e homem do campo, não são os grandes agricultores”.

Imagem

Para a vice-presidenta da escola, o benefício que a Basf tem com o patrocínio é ganhar visibilidade. “A Basf nos ajudou financeiramente e em troca, é claro, não existe visibilidade maior que a proporcionada pelas escolas de samba. Nenhum outdoor que ela espalhe pelo mundo dará tanta visibilidade. O desfile do Rio vai para o mundo inteiro. Mas nós não estamos fazendo apologia nenhuma da Basf”.

Essa visibilidade proporcionada pelo patrocínio, no entanto, é uma tentativa de confundir o público, pois passa a imagem de que a agricultura brasileira constitui um bloco único, no qual agricultores familiares, grandes latifundiários e empresas multinacionais prestam o mesmo papel de servir o país na luta para acabar com a fome e preservar o meio ambiente. Não há, nessa imagem, qualquer tipo de confronto entre as partes, mas uma sensação de unidade.

“Esta é uma das iniciativas de comunicação mais ousadas da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF, que impactará diversos públicos, incluindo aqueles que não têm relação direta com o agronegócio. O Brasil é um líder na produção de alguns produtos e um gigante nas exportações, porém é preciso reforçar junto à sociedade a importância da agricultura e da tecnologia nela empregada para que tenhamos essa posição. Acreditamos que a parceria com a Vila Isabel, aliada à ação do vídeo, vai reconhecer e valorizar o produtor rural, de uma forma criativa e inusitada”, disse Maurício Russomanno, vice-presidente da Unidade de Proteção de Cultivos da Basf para o Brasil, no pronunciamento oficial do patrocínio a Vila Isabel.

A Basf não é a primeira entidade ligada ao agronegócio que se utiliza de campanhas publicitárias com ícones brasileiros numa tentativa de unificar o campo brasileiro no imaginário da população. Em 2012, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade máxima do agronegócio, contratou o jogador Pelé para fazer comerciais sobre a importância da agricultura brasileira.

Segundo nota da CNA, o objetivo da campanha é "consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior" e "divulgar as práticas sustentáveis adotadas pelos produtores rurais brasileiros, além de outras iniciativas que assegurem a boa qualidade do produto nacional".

Para Ricardo Leitão, essas estratégias publicitárias são formas de tentar humanizar o agronegócio ao associá-lo com a agricultura familiar. "Esse é o jogo da ideologia: os representantes do oligopólio se apresentam como defensores de todos os segmentos agrícolas do país. Se o movimento popular investe na agricultura, o agronegócio vai se colocar ao lado dele, não contra. O agrotóxico é vendido como um produto para o conjunto dos agricultores, e não para um só segmento. É preciso desenvolver a ideia da unidade, até porque o agronegócio está estigmatizado pelo desmatamento, e é muito difícil se associar a um segmento que é responsável pelo desmatamento, pela deturpação do Código Florestal".

Ainda é cedo para dizer se o desfile da Vila Isabel vai cumprir o seu objetivo, mas pelo fato da escola também dar espaço para que os movimentos sociais se manifestem e exponham seu ponto de vista, além do comprometimento da escola em tratar do homem da vida do homem do campo, é possível que os trabalhadores rurais recebam a homenagem que merecem.

"Tenho a impressão de que nesse caso específico, a estratégia publicitária do agronegócio pode falhar, e o veneno se reverter contra o envenenador. Não sei, talvez seja só otimismo meu, é esperar para ver", afirma Ricardo Leitão.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa